



**ITINERÁRIOS DECOLONIAIS E OS DESAFIOS DA DESOBEEDIÊNCIA EPISTÊMICA NA AMÉRICA LATINA: a bússola crítica de Raul Zibechi**

Frederico Lago Burnett <sup>1</sup>

DOI <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28n1.2024.15>

ZIBECHI, Raúl. **Descolonizar el pensamiento crítico y las rebeldías**. Autonomías y emancipaciones en la era del progresismo. 1ª Edición. México, DF: Bajo Tierra Ediciones, 2015, 338p.<sup>1</sup>

Como fazer para não se tornar  
fascista mesmo (e sobretudo) quando  
se acredita ser um militante revolucionário?  
*Michel Foucault*

Trilhando pelas mesmas questões dos intelectuais da América hispânica que, a partir dos anos 1990 e em torno do grupo Modernidade/Colonialidade (BALESTRINI, 2013), erigiram o arcabouço teórico que hoje sintetizamos com o termo decolonialidade, o conjunto da obra do jornalista, pesquisador e militante uruguaio Raul Zibechi descortina novos horizontes neste século em que “vivemos tempos de metástases”. Suas análises dos conflitos sociais em campos e cidades do Rio Grande à Patagônia, do Pacífico ao Atlântico, flagra outro sangue a correr nas ainda “veias abertas da América Latina” e o contrapõe a práticas aparentemente contestatórias, mas submetidas à dominação e ao poder político do Estado. Percebendo as atuais lutas populares do continente como “bússola para a reflexão teórica”, o autor assume como sua principal tarefa acompanhar “o tipo de transição que estamos vivendo em direção a mundos outros que se estão construindo”, analisando “os modos como cada povo os está defendendo” (ZIBECHI, 2023, p. 1).

Conjunto de textos que tratam dos temas centrais de sua extensa produção literária, “Descolonizar el pensamiento crítico y las rebeldías: autonomias y emancipaciones en la era del progresismo”, refina e aprofunda questões práticas e teóricas postas diante das lutas populares que, entre o final do século passado e as décadas do XXI, se envolveram de variadas formas com expressões do Estado latino-americano, com destaque para aquelas categorizadas por ele como “progresismo”. Quando nos enfrentamos com impasses políticos próprios destes tempos diluvianos e velhas/novas esquerdas reassumem o comando do Estado no Brasil, no Chile e na Colômbia, ler esta

---

<sup>1</sup> Arquiteto. Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE). Doutor em Políticas Públicas (UFMA), professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: fredlburnett@gmail.com

obra de Zibechi se apresenta como uma fonte de esclarecimento e inspiração, apontando veios promissores e denunciando práxis prenas de ranços autoritários e de relações heteronômicas que preservam a dominação política e os valores capitalistas. Intelectual orgânico dos subalternos que “jamais se esquece de permanecer em contato com os simples” e encontra “neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos” (GRAMSCI, 1981, p. 18), Zibechi põe no centro de suas reflexões a reinvenção da luta política por comunidades rurais e urbanas do Sul Global em seus esforços para ir além dos espaços sindicais, partidários e estatais, negadores dos fundamentos comunitários do Bem Viver, pois

O pensamento crítico não pode nascer se não está relacionado com as lutas dos oprimidos por sua emancipação. Ainda que mais tarde seja codificado em teorias acadêmicas e programas políticos, é nos conflitos de classe, de raça e de gênero onde brotam os sentidos e fazeres que são a matéria prima sobre as quais trabalha a reflexão. (ZIBECHI, 2015, p. 15).

Penetrando no polêmico debate político da atualidade, que contrapõe totalidade e especificidade, identidades e sociabilidade, gênero e raça, mas sem ignorá-los como embates de classes — lapso que abre flancos para contaminações ideológicas conservadoras e de ultradireita, fortalecendo fragmentações e individualidades reacionárias (DAVIDSON, 2023) —. Seus textos se inserem nesta época de incertezas para entendê-la como momento de inflexão, positiva e revolucionária, desde o ângulo do projeto de autonomia repetidamente ensaiado pelos movimentos de resistência popular. Partindo da questão posta por Franz Fanon — como mudar o mundo desde a “zona do não-ser” — e tomando a revolução argelina como marco de construção da luta anticolonial, Zibechi se põe no “lugar de quem vê negada sua condição humana”, aqueles que, conforme o zapatismo, vivem “mais embaixo” (ZIBECHI, 2015, p. 331), para constatar formas de enfrentamento do poder colonial estatal e partidário através de processos locais de reinvenção de outra política.

As autonomias dos povos indígenas, camponeses e mestiços devem tender a serem autonomias integrais. As Juntas de Bom Governo zapatistas, os conselhos do Cauca, as expressões autônomas mapuche, têm que abordar todos os aspectos da vida, desde a produção de alimentos até a justiça e o poder. É por isso que não são parte da sociedade capitalista hegemônica, senão outra coisa, pois, independente do grau de desenvolvimento que tenham, apontam para outra direção (ZIBECHI, 2015, p. 39).

Entendendo esta mudança como “democratização das relações sociais”, que “só pode ser feita desde a sociedade”, isto é, “os lugares que os índios, negros e mestiços ocupam, nos seus bairros, comunidades e favelas”, (Ibid, ibid, p. 40), a obra comprova, em seus quatro capítulos — As sociedades em movimento; Os movimentos na era progressista; Os progressismos como novas formas de dominação e Abaixo e à esquerda — que, desde diversos lugares, formas e situações, a luta dos subalternos se enfrenta com os mesmos labirintos e impasses: a inevitável ingerência do Estado, seja

através da violência física, praticada em regimes democráticos ou de exceção, seja por via de políticas de 'desenvolvimento social', no breve, mas arrasador, progressismo sob comando do extrativismo neocolonial.

Abrindo a publicação, uma entrevista a Michael Hardt e Alvaro Reyes reúne o tema central de interesse de Zibechi: o processo de organização popular nascido no interior de modos de vida, anteposta à democracia eurocêntrica, que não vai além de “um modo de dominação criado pelo Ocidente”. Este processo orgânico que, sendo “lento, requer muito tempo para tomar decisões e provavelmente não pode ser exercido além de grupos locais”, para os quais “a confiança pessoal é grande e onde há muitos pequenos interesses cotidianos em comum”, deve ser entendido como “um modo que encontraram milhares de grupos de base para resistir de forma autônoma” e que tem seus limites, razão pela qual “não podemos pedir-lhe mais do que está dando” (ZIBECHI, 2015, p. 57). Em contraste com esta organicidade, própria da resistência popular, o texto vai identificar o grande impasse na articulação geral das lutas particulares e situadas dos “desde abaixo”, reconhecendo que não constituem “o paradigma perfeito a opor às grandes burocracias” quando em contato com outras racionalidades:

Aí temos a crise dos Foros Sociais, que perderam força, entre outras razões, porque foram submetidos pelos mais capazes, os que têm mais habilidade para “dirigir” assembleias, para conseguir dinheiro para viajar etc., ou seja, profissionais universitários e de ONGs. Isto mostra um dos limites deste novo “modo de fazer”, nome que prefiro ao de “organização”, que sempre tem um ar taylorista (ZIBECHI, 2015, p. 57).

Percebendo que os atuais movimentos populares têm suas origens nas revoltas de 1968, como expressão de “uma crise ou mudança no patriarcado”, entendido como “um modo de travar ou impedir a circulação da energia social”, o autor defende que a “revolução de 1968” no Sul tem “uma história diferente à do Norte e ainda não contada”, mas que se “expressou nas comunidades eclesiais de base, na militância guevarista e na ruptura da ordem comunitária tradicional”. (Ibid, ibid, p 58-59). Para situar a prática política autônoma produzida por essas vertentes, Zibechi resgata o movimento katarista<sup>2</sup> na Bolívia, o zapatismo no México, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, as ocupações de terras no sul do Brasil e “a primeira ronda” das Mães da Praça de Mayo, na Argentina, eventos ocorridos entre 1973 e 1979. Assim, entre “a impossibilidade de conter energias criativas” e “mudanças no interior do mundo popular ou de abaixo”, as transformações culturais “logo se traduzem em novas formas de fazer política” e “colocam o problema da opressão ao lado do da exploração”. Uma contestação à eurocêntrica política sindical dos trabalhadores industriais, citando a Central Obrera Boliviana – COB, “um poder paralelo de uma potência imensa”, mas “que se cai aos pedaços em poucos anos.” (Ibid, ibid, p. 59-60)

Através desta fissura, sua leitura por dentro dos movimentos populares desnuda o discurso hegemônico do poder externo do Capital, que desmonta organizações de esquerda, incluindo sindicatos e partidos políticos. “O velho se cai”, mas “não apenas pelos limites externos”, no caso o Consenso de Washington, “mas sim pelos limites internos, entre os quais a generalização da lógica comunal jogou um papel muito relevante.”

Neste caso, o patriarcado tem nome de sindicato, operando como uma espécie de poder sobre a comunidade, que não o rechaçou, mas foi carcomendo, debilitando passo a passo, dia a dia, com um estilo de fazer, se me permitem, mais feminino que masculino, mais sutil que frontal. (ZIBECHI, 2015, p. 60).

E estas qualidades comunitárias se expressam em dois temas essenciais para Zibechi, a família, enquanto modo próprio de reprodução, e o rechaço às vanguardas externas, que reproduzem um patriarcado estatal. Citando o conceito de “vida material” de Fernando Braudel, “reino do valor de uso, que está fora do mercado” (BRAUDEL, 1985, p. 22 *apud* ZIBECHI, 2015, p. 42), o autor vai defender que “esta vida cotidiana”, “onde vive a imensa maioria dos setores populares do mundo”, “não se pode compreender pela lógica da economia capitalista, da centralidade do varão, da organização vertical, da cultura política de demandar o Estado” (Ibid, *ibid*, p. 42). E defende ser esta a razão porque família e valores de uso não constam das pautas e prioridades das organizações de esquerda:

Como incorporamos a esse “grande ausente” às teorias e às práticas revolucionárias? Nos discursos e escritos dos intelectuais e dos partidos de esquerda, o lugar central é ocupado pelo operário (junto com as instituições), porém quase nunca aparece a gente comum dos bairros pobres, a que vende nos mercados, os vendedores informais, os carregadores, as cozinheiras e seus ajudantes nas cozinhas populares, as artesãs, os motoristas, os ambulantes, os mil ofícios do mundo popular da cidade latino-americana de hoje (ZIBECHI, 2023, p. 43).

A discussão do autor quanto à antinomia entre vanguarda e comunidade parte do seu entendimento das organizações de esquerda enquanto uma estrutura “centrada nas elites mais conscientes e organizadas”. Para Fanon, estas constituem “uma ínfima parte da população que não representa muito mais do 1%”, “em condições de negociar, de encrustar-se no aparelho estatal” que, por isso, “não têm necessidade de destruí-lo, já que esperam conseguir um lugar à sombra do sistema” (ZIBECHI, 2015, p. 44-45). Em duas seções do livro, “Os movimentos na era progressista” e “Os progressismos como novas formas de dominação”, dedicadas às experiências políticas dos “de abaixo” sob a quadra histórica de governos de esquerda no continente, Zibechi vai demonstrar como aqueles dois temas — afirmação da família e negação da vanguarda — são centrais na atualidade da luta de classes na América Latina. Pois, ao ampliar o espectro da dominação/opressão, o progressismo irá somar, à prática heteronômica dos grupos de esquerda, a possibilidade de sua ascensão ao poder estatal, contraditoriamente no período em que, após processos constituintes de retomada democrática

em vários países, o continente vai consolidar seu lugar subordinado na nova divisão do trabalho internacional que celebra e consolida o neoextrativismo entre nós.

Considerando que “o progressismo está erradicando a luta de classes como a concebera Marx”, isto é, “campo de forças ordenador da sociedade, de seus protagonistas e do pensamento crítico”, Zibechi reconhece tais governos como a “hegemonia da pequena política”, negação do seu lugar “como arena de luta por diferentes propostas de sociedade” e limitados à “administração do existente” (COUTINHO, 2010, p. 32 *apud* ZIBECHI, 2015, p. 190). Ciente da complexidade da questão, quando empresas multinacionais e o extrativismo fazem surgir “um novo bloco no poder” e o Estado assume “uma nova forma de dominação”, com as “esquerdas transformadas em governos”, que tomam “a palavra no lugar dos movimentos, suplantam a gente comum...monopolizando o discurso em nome dos movimentos” (ZIBECHI, 2015, p.191), a “hipótese de abordagem” do autor define “quatro aspectos centrais” que devem ser analisados no progressismo latino-americano: imposição de um “estado de emergência econômica” sob hegemonia do capital financeiro-extrativista (Paulani, 2010, p. 115 *apud* Zibechi, 2015, p. 304); hegemonia política de um setor ligado ao governo que trai a missão que lhe foi encarregada; instalação de um novo modelo político e identificação social dos seus novos gestores.

Impondo o epíteto de “obstáculos ao progresso” a todos “aqueles que interferem nesse processo” e não aceitam a “combinação de políticas sociais e redução do conflito social” (ZIBECHI, 2015, p. 309), o progressismo dos novos regimes “pós-neoliberais” assegura “segurança jurídica e convergência normativa” e, conforme Dávalos (2010, p. 192 *apud* ZIBECHI, 2015, p. 311), leva a um Estado forte, interposto entre as multinacionais e as resistências que, agora, se enfrentam “diretamente com o aparato estatal”. Por isso, “não qualquer Estado, nem qualquer centralidade, sim aquela capaz de converter os movimentos em terroristas”, sempre “inimigos a derrotar (ZIBECHI, 2015, p. 312). Para tanto, é necessário ser também um “Estado-capilar”, “capaz de controlar e se infiltrar na sociedade e em suas organizações autônomas”, ultrapassando relações neoliberais restritas a empresas privadas e organismos internacionais, criando vinculações com as universidades (Ibid, *ibid*, p. 311-312).

Formalmente assalariados, os gestores instalados no aparato estatal têm vínculos com as academias, das quais provêm boa parte de seus conceitos, e com centros globais de acumulação de capital. Encarnam uma síntese tão chocante como inovadora: a defesa de um modelo feroz de acumulação por despojos com as belas palavras do Bom Viver, as críticas ao colonialismo e ao patriarcado (ZIBECHI, 2015, p. 314).

Identificando as origens das relações heterônomas que cooptaram e neutralizaram os movimentos nos processos constituintes de vários países do continente, o autor demonstra como a própria mobilização popular fortaleceu os partidos de esquerda, oportunizando sua ascensão ao poder pela via eleitoral como novos gestores estatais. Posteriormente, os Estados nacionais progressistas, constituídos como força regional, assumem os sentidos da “integração latinoamericana” sob o IRSA

que, em oposição ao ALCA e via BNDES<sup>3</sup>, beneficiou “fins geopolíticos brasileiros” através da construção de infraestrutura e logística exigidas pelo extrativismo multinacional. Mas, ao impactar territórios indígenas, principalmente na Bolívia e no Peru, as despossessões capitalistas alimentaram revoltas locais, decisivas para reverter o ciclo de poder político do progressismo. (Ibid, ibid, p. 213)

Comprovando sua hipótese quanto à antítese entre “Estado e poder ou dignidade e descolonização” (Ibid, ibid, p. 375), Zibechi cita Rodolfo Kusch quanto aos modos de conhecer do “mundo do espetáculo” dos europeus em oposição antagônica ao dos indígenas, que “sentem” o mundo “como um organismo vivo cujo equilíbrio depende de todos nós” (KUSCH, 1977, p. 65). Redescobrimo aquela “cultura política, que só pode se ‘multiplicar como semente’, quando se torna imprescindível “semear como uma atitude ritual da vida, sem a ambição de ser aquele que colhe” (ZIBECHI, 2015, p. 383), os textos desta obra também se tornam “bússolas para a reflexão teórica”, mas uma bússola crítica, pois imprescindíveis para navegar rumo a “mundos outros” e, como nos ensina Eduardo Galeano, voltar a fazer da utopia o sentido do andar.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política** (11), 89–117, 2013. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>

DAVIDSON, Miri. Sea and Earth. Sidecar. IDEAS, 04 de abril, 2024. **New Left Review**. London, NLR, 2023. Disponível em <https://newleftreview.org/sidecar/posts/sea-and-earth?pc=1592> Acessado em 06 de abril de 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ZIBECHI, Raúl. Mundos otros y pueblos en movimiento. Debates sobre anti-colonialismo y transición en América Latina. **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Año 28 n° 103, 2023, e8396254. Disponível em [https://www.u-topicas.com/libro/mundos-otros-y-pueblos-en-movimiento\\_16980](https://www.u-topicas.com/libro/mundos-otros-y-pueblos-en-movimiento_16980)

## Notas

<sup>1</sup> Sem edição em português, as citações diretas foram traduzidas pelo autor desta resenha e o livro está disponível para download em: <http://bajotierraediciones.com/wp-content/uploads/2021/02/DESCOLONIZAR-EL-PENSAMIENTO-CRI%CC%81TICO-Y-LAS-REBELDI%CC%81AS-Autonomi%CC%81as-y-emancipaciones-en-la-era-del-progresismo-Rau%CC%81-Zibechi.pdf>.

<sup>2</sup> Corrente política inspirada no levante liderado por Julián Apasa Nina, que tomou o nome de Tupac Katari, e sua esposa Bartolina Sisa, cujas forças sitiaram os espanhóis em La Paz em 1871. (Zibechi, 2015, p. 52).

<sup>3</sup> IRSA – Iniciativa para Integração Sul Americana, ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.